

## **A Organização dos Agricultores como estratégia para o Desenvolvimento Local: Um Estudo de Caso Sobre o Assentamento 10 de Abril do Município do Crato-CE**

Irenilda de Souza Lima<sup>1</sup>  
Ana Lúcia Monteiro de Sousa<sup>2</sup>

### **Resumo**

Os programas de Reforma Agrária ainda são apontados como importantes para assegurar uma maior expansão da agricultura familiar. Neste trabalho analisamos alguns aspectos do tipo de gestão vivenciada no Assentamento 10 de Abril no Município do Crato-Ceará. Pretendemos compreender de que forma essa organização é condição sem a qual não é possível a promoção do desenvolvimento local. Na trajetória metodológica utilizamos: observação direta, entrevistas e análise documental. Foram trabalhadas teoricamente as categorias de agricultura familiar, gestão participativa e desenvolvimento local. Os resultados parciais indicam a importância da organização em torno da força que resulta da formação de sujeitos coletivos na promoção do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; organização de agricultores, Desenvolvimento local.

### **Introdução**

Subjacentes às formas de como a agricultura se apresenta contemporaneamente, existe milhares anos da história da agricultura no mundo. A prática agrícola e os resultados oriundos desta são imprescindíveis para a sobrevivência da humanidade. A diversidade destas práticas e de suas finalidades nos invoca a pensar na perspectiva da complexidade invocando para isso o pensamento de Edgar Morin (1996) e na abordagem sistêmica (MIGUEL, 2009).

Considerando a importância das práticas agrícolas para a humanidade e as diversas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local , XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX.

<sup>2</sup> Mestranda do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX.

formas de como a agricultura se apresenta. Evidenciamos que no caso do Brasil e para o quadro atual da agricultura, podemos afirmar que o setor agrícola tem sido evidenciado como fator importante para a economia do Brasil. Neste aspecto a referência é feita em função dos resultados do agronegócio e na promoção de exportações cujo modelo é típico das econômicas de mercado e da chamada globalização da economia mundial.

Além do modelo de agricultura típica do agronegócio temos a agricultura que está vinculada ao que predomina no cenário agrícola brasileiro que é a pequena e média propriedade, nas quais se pratica a agricultura familiar. Por falta de uma política agrícola adequada, sem acesso ao crédito ou à assistência conveniente ao seu tipo de atividade, pelo menos a maior parte dessas propriedades se encontram com demandas reprimidas de apoio governamental inclusive de assistência técnica e extensão rural adequada.

A agricultura empresarial ou do agronegócio continua recebendo maior apoio das ações governamentais. Na prática do agronegócio a ênfase está na produção econômica sem preocupações maiores com questões sociais e ou com o desenvolvimento sustentável. Bazin e Roux (1992) lembram que inúmeros elementos de sustentabilidade foram afetados pelo funcionamento do modelo econômico dominante e isto demanda, por um lado, uma avaliação das medidas já tomadas para amenizar os efeitos negativos de tal modelo estabelecido e, por outro lado, a concepção de novas políticas para melhorar as tendências atuais de desenvolvimento.

Outro tipo de desenvolvimento tem sido pensado em oposição temos o desenvolvimento local, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista em vigor. Para De Jesus (2003), o desenvolvimento local é um esforço localizado e de parcerias, isto é, dele participam lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e dos efetivos recursos locais.

Partindo das reflexões sobre a agricultura familiar e as categorias que constituem o conceito de desenvolvimento local este trabalho surgiu do questionamento sobre de que forma as políticas públicas ligadas a uso, posse da terra são eficientes ao promoverem a exequibilidade de programas como a reforma agrária com uma perspectiva de desenvolvimento local. De que forma as comunidades organizadas em assentamentos estão unidas em várias formas coletivas para resolverem seus problemas. Questionamos se a organização destes agricultores foi suficiente para a gestão do espaço conquistado

politicamente e como território vivido. Os assentados estariam suficientemente organizados para conquistarem soluções para problemas vinculados à produção, comercialização, práticas agrícolas sob orientação agroecológica e atividades que valorizem a cultura local e todos esses aspectos de que forma são desenvolvidos para a promoção do desenvolvimento local.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma os agricultores familiares estão organizados para enfrentarem as dificuldades de inerentes aos processos de produção e sustentabilidade do Assentamento 10 de Abril no Município do Crato- Ceará. Os objetivos específicos são de compreender o modelo de organização da produção, de organização da gestão e as dificuldades encontradas neste propósito organizativo.

Consideramos que o mérito da pesquisa está ao consideramos que os resultados podem fornecer subsídios para o fortalecimento e aperfeiçoamento de algumas políticas públicas para a agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento local vinculados a projetos de natureza social e ligados aos movimentos sociais do campo.

Na trajetória metodológica utilizamos: observação direta, entrevistas e análise documental. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa em andamento.

A escolha de um assentamento para objeto de análise se deu pelo fato de que está evidenciada a importância dos programas de reforma agrária como estratégia de solução para os graves problemas de pobreza e a falta de acessos a direitos sociais importantes para com as populações rurais (BORIN, 1997). A importância do estudo também está no fato de que os resultados podem sinalizar os caminhos escolhidos e vivenciados por esta comunidade no que resultou no reconhecimento de que se trata de uma experiência exitosa em termos dos resultados sociais, econômicos e culturais no âmbito da agricultura familiar.

Ao falarmos sobre agricultura familiar, vale dizer que esta denominação de agricultor familiar, vem com uma conotação associada à ação política especialmente a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Neste sentido o termo envolve-se de heterogeneidade relacionada às características citadas pela Lei da Agricultura Familiar. A partir na Lei da Agricultura Familiar, Nº 11.326, de 2006, as políticas públicas se referem na abrangência dos termos aos segmentos do mundo rural que passou a ser tratado de forma genérica, sem uma preocupação maior com as diferenciações que possa haver dentro deste universo.

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
  - II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
  - III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
  - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006)

Para Ramos Caporal e Lima (2013), a Lei contribuiu para criar uma maior confusão conceitual, na medida em que iguala “agricultor familiar” e “empreendedor familiar”, sem sequer definir o que seja o empreendedor familiar. Assim, os extrativistas, os povos indígenas, os pescadores artesanais, os aquicultores e outros são incorporados à categoria agricultor familiar.

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa. Abramovay (1992, p. 22)

Para Wanderley (2009. p.33) O agricultor familiar no Brasil é um ator social da construção do futuro. E faz referencia de que fatos históricos e políticos a partir de 1964 nos ajuda a compreender hoje os caminhos que o Estado brasileiro escolheu para pensar o seu desenvolvimento incluindo aqui o desenvolvimento rural.

Também permite visualizar as tensões geradas neste longo e profundo campo de conflitos, cujos fundamentos se dão pelo acesso à terra e aos demais recursos produtivos, bem como pelo reconhecimento dos atores sociais capazes de se tornar os portadores do progresso social no mundo rural. Wanderley (2009. p.33)

A importância da agricultura familiar se acentua na capacidade de produção de alimentos, mas a relevância não se restringe a esse aspecto. Os outros resultados de sua prática se revelam nos múltiplos efeitos das atividades deste segmento e que inclui além da sua relação com a segurança alimentar, a produção de uma cultura camponesa.

A importância dessa produção de base familiar é demonstrada no IBGE (2006) quando os índices apontam que a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

Já Miguel (2009) faz um destaque para a função da agricultura familiar como de manutenção de paisagens, produção de matéria primas e geração de emprego. E esta indicação nos remete a pensar nos aspectos de multifuncionalidade da agricultura familiar e sobre isso exaltamos o sentido de reivindicação de um melhor apoio através de políticas públicas para o desenvolvimento deste setor para que essas atribuições sejam melhor reconhecidas.

Ao longo da história do Brasil e desde o momento da ocupação e colonização do Brasil pelos portugueses, verificamos o modelo desigual de uso e ocupação das terras ao longo desses mais de 500 anos. Prevalece o modelo hegemônico que privilegia as elites fundiárias desde gênese e formação desse país, que desencadeou um modelo excludente e desigual de ocupação do espaço rural brasileiro.

Essa apropriação já excludente no seu início possibilitou a aplicação da Lei das Sesmarias como a gênese do modelo excludente vigente, segundo Ramalho (1998) citado por Silva (2009) “tento os povos indígenas como as vítimas da ganância pelas terras por parte dos colonizadores que aqui chegaram, escravizando-os e dizimando-os” (SILVA, 2009, P.126).

A produção oriunda da agricultura tradicional, camponesa que mais recentemente se encontra também nos assentados de reforma agrária é de grande importância para a segurança alimentar e nutricional para o país e para a economia local. Assim, a reforma agrária é do ponto de vista social e de inclusão, é uma das soluções para a justiça social no campo e como consequência traz a produção de alimentos para uma população cada vez mais crescente e urbana, como pode promover a permanência do homem, mulher e jovem no campo.

Apesar de todas as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro ao longo desses mais de 500 anos, com o avanço do capitalismo no âmbito rural, muitos camponeses resistiram e optaram pela permanência no campo, por ter um modo de vida de produção e “ser” peculiar que o espaço urbano jamais proporcionaria. Esse camponês fez opção política para permanecer no campo, apesar das adversidades.

No entanto, esses que permaneceram precisam de condições de permanência com qualidade de vida e isso inclui o acesso a terra, crédito, educação do campo e no campo, condições logísticas para escoamento da produção entre outras coisas demandadas. Também o reconhecimento da comunidade local sobre a importância da sua permanência no

campo e da sua produção para alimentar uma população urbana cada vez mais crescente, incluindo as pequenas e médias cidades sem perder, no entanto, a sua cultura e seus valores.

Oliveira (2004) citado por Silva e Lima (2011, p.7), refere que é necessário compreender o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Porque se houver um esvaziamento no setor rural por parte do campesinato eles migrarão para as cidades onde podem ter se tornados proletários.

A agricultura camponesa caracterizou-se desde a colonização como uma alternativa para produção de alimentos e realçando que essa produção de alimento foi também para atender a grande propriedade produtora da monocultura. Com isso, esse segmento mesmo excluído pelo capital é ainda hoje suporte de outros setores como o setor secundário e terciário correspondendo neste caso aos aspectos inerentes aos agricultores familiares de serem sinalizados nos aspectos de pluriatividade.

Com esse histórico excludente da estrutura fundiária, que prevalece desde o século XVI, surgiu os movimentos sociais do campo a reivindicarem a posse da própria terra, para que a partir da terra haja a autonomia produtiva, baseado em escolha do que plantar, levando em conta os conhecimentos locais, as tradições culturais e especial aglutinando toda família no processo produtivo e sua reprodução social, e este é o modo camponês de produzir, e o modelo viável para a sustentabilidade da produção inerente à agricultura familiar.

O acesso à terra em conjunto com os direitos advindos das políticas estruturais, como a extensão rural permite ao camponês adotar práticas de uso correto da propriedade, onde serão valorizadas as tradições passadas de geração em geração, e em especial. A construção de um mercado específico para a produção vinda da agricultura familiar, como em feiras e espaços agroecológico também faz parte das estratégias de permanência com qualidade de vida e que repercute no desenvolvimento local.

As lutas atuais são em busca de melhores condições de permanência na zona rural, não são tão atuais assim. Estas lutas estão escritas nas tensões históricas ligadas a questão agrária no Brasil e ficaram caracterizadas ao longo da história dos movimentos sociais históricos com é o caso de Canudos, Caldeirão do Beato Zé Lourenço. E mais recentemente no caso de Eldorado dos Carajás e tantos outros embates, todos os combates do movimento camponês por acesso à terra, mostra o quanto esse é o bem mais valioso do planeta, e está inserido no modelo excludente.

A luta pela terra, por produção e sustentabilidade dessa produção coloca o camponês não como um sujeito do passado, mais sim, como um sujeito do presente, onde a luta pelo acesso à terra e aos meios de produção deve ser contraponto ao sistema vigente imposto aos mesmos. Muitos camponeses usam as experiências de lutas de povos do passado para servir de inspiração no presente para as mesmas lutas e os mesmos problemas, distribuição injusta da terra.

Nos últimos 50 anos, apesar da legislação, dos movimentos de luta pela terra, de todo envolvimento de setores organizados, a estrutura fundiária não mudou, os camponeses continuam sua luta, busca pela terra, o latifúndio querendo ampliar o seu espaço para produzir monocultura para exportação, aos moldes da época da ocupação/colonização. Até mesmo a desapropriação de terras improdutivas, mesmo sendo contemplada do ponto de vista da legalidade passa pela contenção do latifúndio e exploradores de recursos, incluindo a terra.

Contudo, enxergamos que esse é um confronto contínuo do ponto de vista do desenvolvimento local e da sustentabilidade da produção, se não houver acesso à terra, não existe produção para a economia local, diminui o fluxo econômico da região, afeta o desenvolvimento local e a autonomia da produção sustentável.

Para tanto, precisamos conhecer os modelos de reforma agrária existentes, a importância dos mesmos, para a permanência do homem no campo, geração de emprego e renda e economia local. Com a posse da terra e acesso a políticas estruturantes é possível analisar o modelo de sustentabilidade desses assentamentos, a mudança social na vida dos assentados e inserção dos mesmos na economia local através da produção e comercialização da mesma.

Cenário da pesquisa: A pesquisa em curso tem como objeto o Assentamento 10 de Abril que está localizada no Crato e com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicamos que a Cidade do Crato, Ceará está localizado no extremo sul cearense na região denominada Cariri, distante aproximadamente 504,4 km da capital cearense, faz limite com os municípios de Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Nova Olinda e Santana do Cariri, ambos os municípios Cearenses e Exú em Pernambuco. O clima tropical quente, semiárido brando e tropical úmido, com chuvas de janeiro a maio (LIMA, 2011). Constitui também o município a Chapada do Araripe a primeira floresta reconhecida por lei no Brasil.

Na história do assentamento 10 de Abril teve sua gênese após uma ocupação do espaço geográfico onde aconteceu o movimento social do campo denominado Caldeirão do Beato Zé Lourenço. Essa ocupação aconteceu em 1991 como relata Lima (2011):

... Por dezenas de famílias sem-terra, oriundas de vários municípios da região do Cariri, organizados pelo MST (movimento dos sem-terra), e apoiados por várias organizações sociais do campo e cidade (LIMA, 2011, P.57).

No histórico dos primeiros momentos no local há a indicação de que após ocupar a antiga terra do Caldeirão, as 96 famílias permaneceram 15 dias na fé e na perspectiva do alcance o acesso à terra para fins de reforma agrária, como cita Silva (2009) a ocupação do caldeirão tinha como objetivo maior criar um fato político que pudesse repercutir para que, dessa forma, o Governo Federal e do Ceará apresentassem uma solução para o problema dos camponeses que não possuíam terra (SILVA, 2009, P.136).

Após o processo de conquista do espaço que culminou com o acesso a terra que foi alcançado com a desapropriação de duas fazendas vizinhas ao caldeirão, onde passou a ser chamado 10 de Abril, hoje referência no estado do Ceará pela luta, organização e trabalho comunitário apesar das suas dificuldades.

Notadamente é visível que é um modelo viável e sustentável quando adota práticas familiares de produção, pois diversifica a produção, insere a família no sistema e fortalece o desenvolvimento local. Esse modelo de desenvolvimento só é possível pensado a partir da permanência do homem no campo, caso contrario ocorre o processo de saída do mesmo para outros centros causando inúmeros problemas sociais como mostra Lima & Silva (2012, P. 43).

A exclusão desses agricultores familiares, em virtude o processo de crescimento utilizado à época, não trouxe consequências danosas apenas ao campo. O êxodo rural promovido pela necessidade de subsistência dos pequenos produtores agrícolas incorreu na favelização dos grandes centros urbanos, bem como para a desestruturação social das cidades em função do aumento demográfico (LIMA; SILVA, 2012, p. 43).

Para Oliveira (2004) que por sua vez citado por Lima (2011) observa que nos estudos acerca da agricultura no Brasil existem autores que defendem que na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses do futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada como uma proposta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletário (os trabalhadores).



Com o avanço do capitalismo em todos os segmentos sociais, o campo também não ficou isento desse avanço, com drásticas modificações no modo de trabalhar e explorar a terra, sem contar nos hábitos e acessos que essa parcela da população passou a ter de canais de comunicação, bem distante da realidade a qual estão inseridos. Apesar do exposto, esse modelo de produção ainda é o mais significativo como mostra o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006).

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é 677 reais por hectare/ano (IBGE 2006).

Para José de Sousa Martins (1983) a terra é um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha a terra não é para produzir, mais para produzir frutos da mesma, o fruto pode ser produto do trabalho, a terra não. (MARTINS, 1983, p. 160).

Com essa abordagem Martins (1983) mostra a importância social da terra, para e para o agricultor familiar, ela não é apenas um meio de produção, tem relação cultural de conviver, de cultivar o fruto que vem da mesma. Essa visão vai de encontro a outro modelo, o agronegócio que enxerga a terra apenas como um recurso de deve ser explorado até exaurido e atender ao capital.

Analisando essas questões Motta (2001) afirma que,

As questões referentes às formas de adquirir posse da terra no Brasil ocupam hoje um lugar privilegiado nos debates sobre a democratização de acesso aos títulos de propriedade no meio rural. É preciso, por um lado, discutir o problema da concentração da propriedade nas mãos de fazendeiros, que nos remete a sua busca de autopreservação e da continuidade de seu poder econômico e político. Por outro lado, uma grande variedade de problemas coloca também para os pequenos produtores (lavradores e posseiros), que vivem uma situação inversa aos supracitados grandes proprietários e se defrontam com as consequências advindas da injusta concentração fundiária do país. Desta situação, podemos inferir uma luta que atravessa toda a história da ocupação de terras no Brasil, (MOTTA, 2001, P.2).

Diante do exposto percebemos a importância do acesso à terra, as condições de permanência e a função social da mesma em inserir o camponês no processo produtivo, na comercialização bem como no desenvolvimento local.

Porém o acesso à terra em sua maioria vem através de combates entre os que ao longo dos anos foram privilegiados por grandes latifúndios e os agricultores sem-terra que precisam da mesma para prover o seu sustento. Nesse o acesso à terra é garantia de inserção aos meios de produção, a tentar manter um modo de produção que seja sustentável em longo prazo e socialmente justo com os recursos naturais envolvidos.

### **Resultado da Pesquisa**

Mesmo se tratando de uma pesquisa em andamento neste momento do cronograma foi possível verificar que o modelo de produção e sustentabilidade da produção do assentamento 10 de Abril localizado no Município do Crato-CE, bem como o as relações sociais existentes são fortemente determinantes para o sucesso do projeto. O ponto alto é a organização dos assentados em torno da produção e da conquista de respostas para suas demandas sociais historicamente negadas.

Foi pelas observações diretas que constatamos que a partir da posse do essencial – e primordial que é a terra, os agricultores e agricultoras e o modo de produção adotado transformou este assentamento numa lugar produtivo e de inclusão social. O fator preponderante foi a organização da população assentada. Isso nos faz lembrar o que Milton Santos (1998) sentenciou que a maneira como os produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permite passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras.

Foi possível verificar que existe a adoção de modos sustentáveis de produção e comercialização mesmo que predominantemente o que verificamos é o caráter de transição neste processo de produção sustentável ou agroecológica. A continuação da pesquisa certamente trará essas respostas inerentes ao atendimento dos objetivos específicos.

As famílias do assentamento 10 de Abril compartilham de diversas formas de produção, organização da produção e de grupos produtivos e da comercialização dos produtos oriundos do trabalho coletivo.

Por estas análises compreendemos que as práticas agrícolas da comunidade estão compatíveis do que se considera como desenvolvimento local. A organização, as parcerias,

a valorização do que é endógeno na produção de renda contribui para a melhoria das condições de vida no lugar.

Assim como a maioria dos médios e pequenos municípios brasileiros o Crato tem parte de sua economia baseada na produção familiar agrícola, apesar de sua grande maioria não ter acesso à terra e as políticas de estruturais, como crédito, água, logística dentre outros.

### **Conclusão**

Consideramos que com a posse da terra, e a luta por políticas auxiliares, o assentamento do 10 de Abril tornou-se uma referência para os demais camponeses da região sem que ainda não obtiveram essa conquista, como cita Silva (2009) desse processo resultou a formação de uma comunidade atenta à importância do trabalho coletivo e da organização dos assentados para que outras conquistas advindas da luta conjunta dos trabalhadores tragam melhorias para a vida das famílias assentadas.

Os modelos de produção adotados através de grupos é a maior prova que o acesso a terra é um ponto de partida para inserir várias famílias no contexto produtivo, através de um olhar da organização da produção e da sustentabilidade da mesma em longo prazo. No entanto, é necessário que a organização dos agricultores, ou seja, na força do coletivo outras conquistas precisam ser alcançadas ligadas a saúde, educação acesso a crédito e ao fortalecimento do mercado específico para este tipo de produção.

A relação do camponês com a terra, a produção e seus canais de distribuição e conseqüentemente a mudança social e econômica das famílias devem ser acompanhado de políticas públicas. Uma das políticas públicas importante para este segmento é a efetiva assistência técnica que possa auxiliar o agricultor a cultivar aquilo que é potencial em sua localidade, este pode ter sucesso e uma diversidade de produção com ganho em toda a economia local da região promovendo o desenvolvimento local.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, São Paulo, Rio de Janeiro-Campinas, 1992.

BAZIN, G., ROUX, B.. *Les facteurs de résistance à la marginalisation dans les zones de montagne et défavorisées méditerranéennes communautaires*. Commission des Communautés Européennes, DGVI, Bruxelles. 1992.

BORIN, Jair. A reforma agrária no Governo FHC. In *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo: Xamã, 1997 (Coleção Fora de Ordem).

BRASIL, **Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006**, Lei da Agricultura Familiar, Brasília, 2006

LIMA, Cícero Erivaldo de. O PRONAF no assentamento 10 de Abril. Tese de Mestrado da fundação Ford. Fortaleza. 2011.

MARTINS, José de Souza; Os camponeses e a política no Brasil. 2ª edição, Ed. Petrópolis. Vozes, 1983.

MOTTA, Márcia. Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re) construção. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, CPDA. 2001, p.2

MIGUEL, Lovois de Andrade. Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2009.

MORIN, Edgar. Teoria da Complexidade. Publicações Europa-America. 1996.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A contra reforma agrária do Banco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP.

RAMOS CAPORAL, Ladjane; LIMA, Irenilda de S. Considerações sobre o campesinato no Século XXI: Graus de campesinidade e agroindustrialização na comunidade de Sítio Palmeiras, Chã Grande – Pernambuco. VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre. 25-28 de Nov. 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In Território: globalização e Fragmentação. Ed. Hucitec. SP. 4ª ed. 15-20.1998.

SILVA, Judson Jorge da. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Do Sonho à Devastação, OndevTudo se (Re)Constroi: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri-CE. Revista NERA Presidente Prudente Ano 12, nº. Jan.-jun./2009.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia>, consulta em 28/112013.